

MENSAGEM Nº 48

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de fevereiro de 2024.

EM nº 00014/2024 MRE

Brasília, 23 de Janeiro de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 70/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/02/2024, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4955226** e o código CRC **C857947C** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000557/2024-16

SUPER nº 4955226

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA
FERNANDES**

informações pessoais
ID.: 10645 MRE

1971 Filho de José Luiz Fernandes Sobrinho e Gabriela Nogueira Fernandes, nasce em 5 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1993 Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
1993-1994 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
2007 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: *O Brasil e a Dolarização no Equador: implicações e desafios no contexto da integração econômico-comercial sul-americana*. Aprovada com o conceito "com louvor" em 7 de dezembro.

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2003 Primeiro-secretário
2007 Conselheiro
2010 Ministro de segunda classe
2021 Ministro de primeira classe

Funções:

1994-1997 Assistente e Subchefe, Divisão de Ásia e Oceania I, de 17 de agosto de 1994 a 19 de janeiro de 1997 - responsável por Índia, China e Paquistão
1997-1998 Assistente, Divisão de Temas Sociais, de 20 de janeiro de 1997 a 5 de agosto de 1998 - responsável por OIT, OMS e Habitat
1998-2002 Missão junto à ONU, de 20 de agosto de 1998 a 20 de janeiro de 2002 - Terceiro e Segundo Secretário
2002-2005 Embaixada em Tóquio, de 22 de janeiro de 2002 a 2 de março de 2005 - Segundo e Primeiro Secretário
2005-2007 Embaixada em Quito, de 12 de março de 2005 a 10 de fevereiro de 2007 - Primeiro Secretário
2007-2011 Assessor, Gabinete do Ministro de Estado, de 14 de fevereiro de 2007 a 01 de janeiro de 2011 - responsável por Nações Unidas, Oriente Médio, África, IBAS, ASPA e ASA
2011-2015 Missão junto à ONU, de 16 de janeiro de 2011 a 12 de outubro de 2015 - Ministro-Conselheiro, Coordenador Político na delegação no CSNU
2015-2019 Embaixada na Haia, 26 de outubro de 2015 - 31 de março de 2019 - Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, a.i.; Representante Permanente Alterno junto à OPAQ
2019-2020 Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Mecanismos Inter-Regionais, de 17 de abril de 2019 a - 16 de novembro de 2020
2020-2021 Diretor do Departamento Consular, de 17 de novembro de 2020 a 20 de setembro de 2021
2021-2022 Secretário de Comunicação e Cultura, de 21 de setembro de 2021 a 18 de abril de 2022
2022-2023 Secretário de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura, de 19 de abril de 2022 a 23 de janeiro de 2023
2023 Secretário de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos, de 24 de janeiro de 2023.

Obras publicadas:

2000 "Anotações sobre Regionalismo e Segurança Internacional", com Gelson Fonseca Jr., in Revista Cena Internacional, no. 2/2000, Brasília: UnB/FUNAG
2014 "O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: 2010-2011" (co-organizador), Brasília: FUNAG, 2014

Condecorações:

- | | |
|------|---|
| 2007 | Ordem de Rio Branco, Grau de Oficial |
| 2009 | Ordem do Mérito da Defesa, Grau de Oficial |
| 2010 | Medalha Mérito Tamandaré |
| 2011 | Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador |
| 2013 | Medalha do Pacificador |
| 2014 | Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador |
| 2023 | Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz |



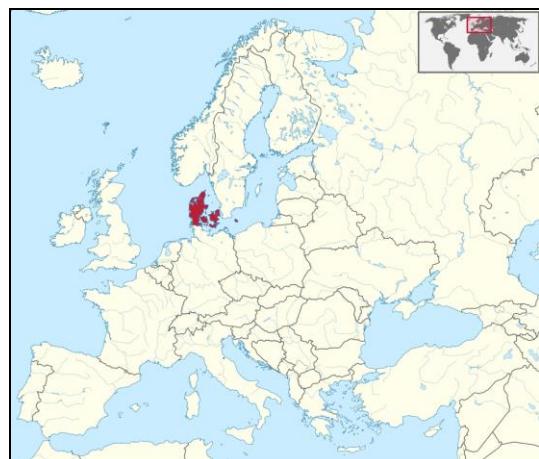
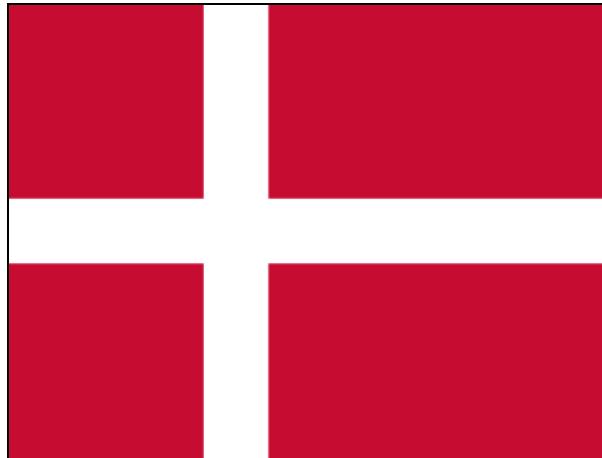
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Europa e América do Norte

Departamento de Europa

Divisão de Europa Setentrional

DINAMARCA



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Janeiro de 2024



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino da Dinamarca
GENTÍLICO	Dinamarquês
CAPITAL	Copenhague
ÁREA	42.924 km ² , excluindo-se a Groenlândia (2.166.000 km ²) e as Ilhas Faroé (1.400 km ²)
POPULAÇÃO (2023)¹	5,9 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Dinamarquês (oficial nacional); feroês, groenlandês e alemão (oficiais regionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES²	Luterana (74%), sem afiliação (17%), islâmica (4%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Folketinget</i>), com 179 membros
CHEFE DE ESTADO	Rei Frederik X (desde janeiro de 2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Mette Frederiksen (desde junho de 2019, Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Lars Løkke Rasmussen (desde dezembro de 2022, Moderados)
PIB (2023 est.)¹	US\$ 421 bilhões
PIB PPC (2023 est.)¹	US\$ 442 bilhões
PIB PER CAPITA (2023 est.)¹	US\$ 71.400
PIB PPC PER CAPITA (2023 est.)¹	US\$ 74.960
VARIAÇÃO DO PIB¹	1,4% (2024 est.); 1,7% (2023 est.); 2,7% (2022); 6,8% (2021)
IDH (2021)³	0,948 – 6º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2019)⁴	0,28
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)⁴	81 anos
DESEMPREGO (10/2023)⁵	5,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa dinamarquesa (kr)
COMUNIDADE BRASILEIRA⁶	Cerca de 5 mil pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Dinamarca; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões

Brasil → Dinamarca	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	983	1.218	1.449	1.267	1.533	1.810
Exportações	293	299	272	327	478	555
Importações	689	919	1.177	940	1.055	1.255
Saldo	-396	-620	-906	-614	-576	-700



Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

Frederik X

Rei da Dinamarca



Frederik André Henrik Christian, filho mais velho da rainha Margrethe II e do príncipe Henrik, ascendeu ao trono em 14 de janeiro de 2024. Nasceu em Copenhague, em 26/5/1968, durante o reinado de seu avô materno, Frederik IX. É mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Aarhus. Após a universidade, atuou em cargos diplomáticos nas Nações Unidas e em Paris. Serviu nos três ramos das Forças Armadas Dinamarquesas. Frederik casou-se em 2004 com a consultora de marketing australiana Mary Donaldson. O casal tem quatro filhos: Christian, Isabella, Vincent e Josephine. Frederik, ávido velejador, tem especial interesse em temas como ciência, mudança climática e sustentabilidade.

Mette Frederiksen
Primeira-Ministra da Dinamarca



Mette Frederiksen nasceu em Aalborg, em 19/11/1977. Graduou-se em Administração e Estudos Sociais pela Universidade de Aalborg e concluiu mestrado em Estudos Africanos pela Universidade de Copenhague. Membro do parlamento pelo Partido Social-Democrata desde 2001, tendo sido vice-presidente de seu partido de 2005 a 2011. Durante o gabinete da primeira-ministra Helle Thorning-Schmidt (2011-2015), ocupou importantes cargos no governo, tendo sido ministra do Emprego (2011-2014) e ministra da Justiça (2014-2015). Assumiu a presidência do Partido Social-Democrata em 2015, quando a agremiação passou a ser oposição à administração do Partido Liberal (2015-2019). Com a vitória do bloco vermelho nas eleições de junho de 2019, tornou-se a mais jovem primeira-ministra da Dinamarca, em junho do mesmo ano.

Lars Løkke Rasmussen
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca



Lars Løkke Rasmussen nasceu em Vejle, em 15/5/1964. É formado em Direito pela Universidade de Copenhague. Membro do partido Liberais desde a juventude, foi eleito parlamentar pela primeira vez em 1994, sendo reeleito desde então. Ocupou cargos de destaque no governo, como ministro do Interior e da Saúde (2001-2007) e ministro das Finanças (2007-2009). Entre 2015 e 2019, foi primeiro-ministro da Dinamarca. Em junho de 2022, fundou o partido Moderados, do qual é líder.



APRESENTAÇÃO

A Dinamarca é um reino localizado na Europa setentrional, sendo o mais meridional dos países nórdicos. Sua única fronteira terrestre é ao sul, com a Alemanha. O país é composto por uma península, chamada de Jutlândia, e 441 ilhas. O reino é formado, também, pelas Ilhas Feroe e pela Groenlândia. Sua capital e cidade mais populosa é Copenhague.

A história da Dinamarca é bastante rica, com os primeiros achados arqueológicos demonstrando que a região foi habitada por volta do ano 12.500 a.C. Entre os séculos VIII e X, a região foi lar dos vikings, conjunto de povos que colonizaram e invadiram boa parte do continente europeu. Os vikings dinamarqueses, especificamente, centravam suas atividades nas ilhas britânicas e ao leste e sul da Europa ocidental.

Em 1397 foi estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da rainha Margrethe I, filha de Valdemar IV da Dinamarca. A União durou até 1523, quando houve a secessão da Suécia. Em 1814, houve a dissolução da união dinástica entre Dinamarca e Noruega. Enfim, em 1863, Bismarck, líder alemão, declara guerra à Dinamarca, que, derrotada, cede três ducados à Alemanha em processo de unificação. Durante as Guerras Mundiais o país tentou estabelecer postura de neutralidade. Porém, durante a 2ª Guerra, acabou invadido pela Alemanha.

A Dinamarca é membro fundador da ONU e da OTAN e integra a Comunidade Econômica Europeia (que viria a se tornar a União Europeia) desde 1973. O reino não faz parte da zona do euro, tendo em vista que, em referendo nacional, a maior parte dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.

A Dinamarca é uma monarquia parlamentarista, tendo a rainha Margrethe II ocupado a função de chefe de Estado de 1972 a 2024, quando abdicou em favor do então príncipe herdeiro Frederico. A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, em sucessão ininterrupta desde o século X. O chefe de governo é o primeiro-ministro, que monta seu gabinete. O parlamento é formado por apenas uma casa, o *Folketinget*.

No âmbito econômico, a Dinamarca se destaca como um dos Estados com mais alto nível de igualdade de riqueza do mundo, sempre figurando entre os líderes nos rankings de IDH. A economia é consideravelmente dependente do intercâmbio comercial com outros países, sobretudo com membros da União Europeia.



RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Copenhague	Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos (desde dezembro de 2020)
Embaixadora da Dinamarca em Brasília	Embaixadora Eva Bisgaard Pedersen (desde setembro de 2022)
Cônsul-Geral da Dinamarca em São Paulo	Anja Villefrance

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	3	Fevereiro de 2014, em Brasília

As relações entre Brasil e Dinamarca são históricas: a abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828, ano do estabelecimento de relações bilaterais, e desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. Há diversos acordos firmados em matéria de cooperação, comércio, investimentos, energia e meio ambiente. Os países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O relacionamento econômico entre o Brasil e a Dinamarca tem na atração de investimentos sua principal vocação. A maior parte do comércio bilateral ocorre intrafirmas, especialmente no setor de saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados.

Em 2023, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 1,8 bilhão, um aumento de 28% em comparação ao ano anterior. As exportações brasileiras foram de US\$ 555 milhões (+16%), e as importações, de US\$ 1,8 bilhão (+18%). O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil, alcançando US\$ 700 milhões de déficit. A Dinamarca figurou em 59º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,2% do total. O país ocupa o 36º lugar no ranking das importações brasileiras (0,5% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram farelos de soja (57%); outros medicamentos, incluindo veterinários (11%); e demais produtos da indústria de transformação (5%). A pauta importadora é composta principalmente por produtos manufaturados, em particular outros medicamentos, incluindo



veterinários (38%); medicamentos e produtos farmacêuticos (10%); e outros produtos químicos orgânicos (8%).

Segundo dados do Banco Central de 2021, há cerca de US\$ 755 milhões em investimentos dinamarqueses no Brasil pelo critério de investidor imediato (34º maior) e US\$ 1,1 bilhão pelo critério de controlador final (33º maior).

Estão presentes no Brasil cerca de 140 empresas dinamarquesas, de acordo com levantamento do Conselho de Comércio da Dinamarca. Os dinamarqueses almejam expandir sua carteira de investimentos no Brasil, bem como o comércio, razão pela qual contam, em São Paulo, com escritório, acoplado ao Consulado, voltado para a atração de investimentos dinamarqueses e para a expansão de sua presença em mercados considerados estratégicos. Como parte desse interesse, a Dinamarca mantém uma incubadora de empresas, pela qual empresários dinamarqueses interessados no mercado brasileiro podem, em período de até dois anos, contar com a assessoria de assistentes técnicos contratados localmente, avaliar as oportunidades de abertura de novos negócios, desenvolver pesquisas de mercado e conhecer a economia brasileira in loco.

Em anos recentes, várias empresas dinamarquesas expandiram seus negócios no país, a exemplo da ISS (serviços terceirizados), da Pandora (comércio de joias), da Vestas (produção de turbinas eólicas), da Maersk (transporte marítimo) e da Novo Nordisk (farmacêutica).

Por sua vez, havia, em 2021, cerca de US\$ 1 bilhão em investimentos brasileiros diretos na Dinamarca.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Tudo indica que a Dinamarca acompanhará o consenso europeu sobre a matéria.

COOPERAÇÃO EM MEIO AMBIENTE

Durante encontro bilateral com o presidente Lula, à margem da Cúpula CELAC-UE, em julho de 2023, a primeira-ministra Friederiksen anunciou que a Dinamarca contribuirá com cerca de US\$ 22 milhões ao Fundo Amazônia no período 2024-2026.

CONSULTAS POLÍTICAS

Os países mantêm mecanismo de consultas políticas desde 2011. Até o momento, foram realizadas três reuniões nesse âmbito, todas em nível de diretor de Departamento: 2011, em Copenhague, e 2012 e 2014, em Brasília.

ASSUNTOS CONSULARES

Segundo estimativas da Embaixada do Brasil em Copenhague, haveria cerca de 5 mil brasileiros residentes na Dinamarca. A comunidade brasileira residente vem-se demonstrando ordeira e, em sua grande maioria, bem integrada à sociedade que a adotou. Além do atendimento consular prestado pela Embaixada



do Brasil em Copenhague, há Consulado Honorário do Brasil em Aargus (atualmente vago).

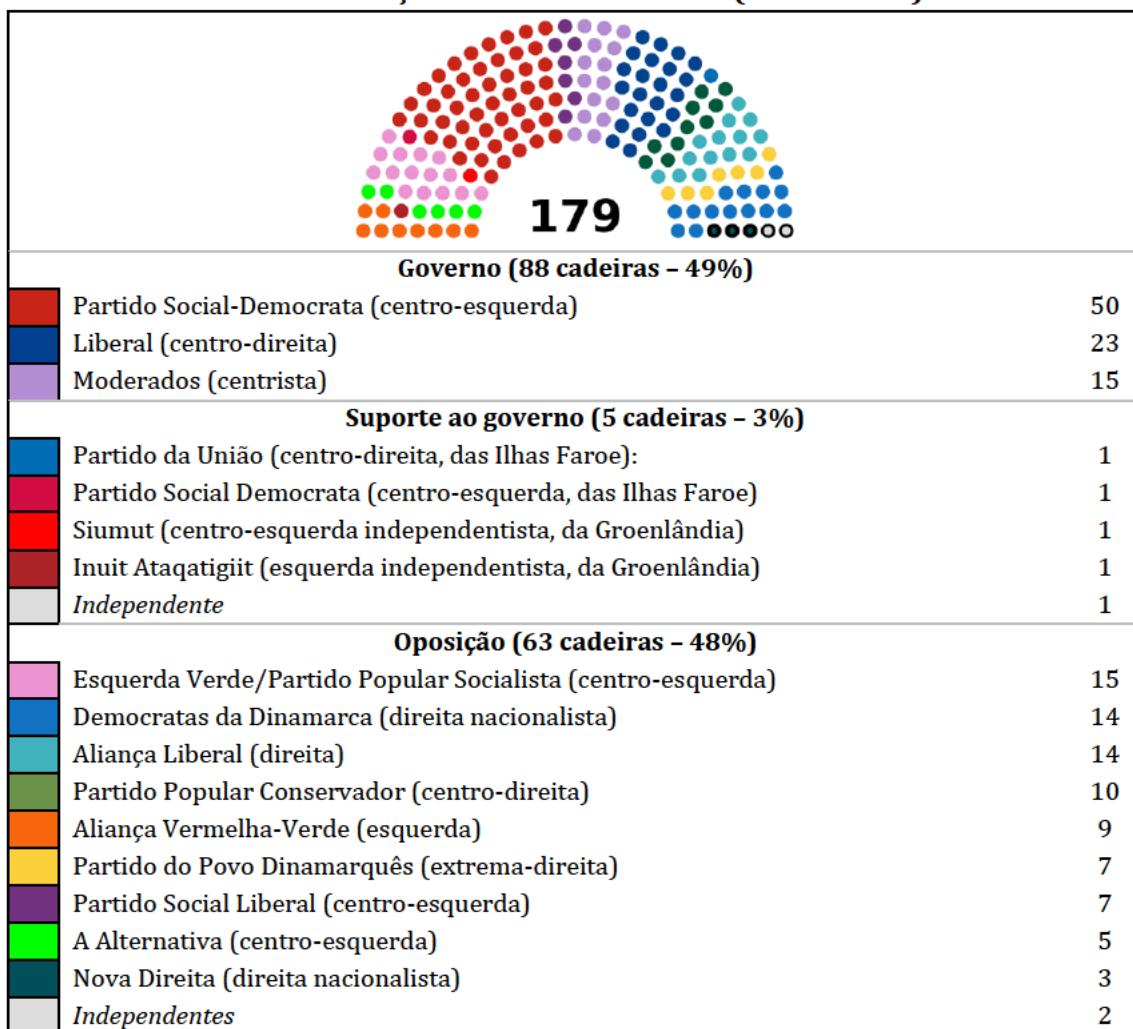
A Dinamarca, por sua vez, possui, além de Embaixada em Brasília, Consulado-Geral em São Paulo e Consulados Honorários em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O sistema de governo dinamarquês é o chamado parlamentarismo negativo, no qual a condição para o estabelecimento do governo não é, necessariamente, a formação de maioria parlamentar, mas sim a não existência de uma coalizão majoritária na oposição. Desde 1909, nenhum partido conseguiu a maioria isolada no parlamento e, desde a Segunda Guerra Mundial, apenas quatro gabinetes contaram com maioria parlamentar para governar. Há 179 assentos no parlamento e os representantes são escolhidos por eleição geral, realizada a cada quatro anos (ou menos, se o governo for dissolvido antes). Destes, 175 parlamentares são eleitos na Dinamarca, dois nas Ilhas Faroé e dois na Groenlândia.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (*FOLKETING*)



CONTEXTO RECENTE

Em junho de 2019, nas eleições parlamentares, o Partido Social-Democrata voltou ao comando do país. Os Social-Democratas focaram sua campanha na defesa

intransigente do estado de bem-estar social. Adicionalmente, as medidas relacionadas à mudança do clima tornaram-se pedra angular do discurso Social-Democrata. Com o resultado, Mette Frederiksen tornou-se primeira-ministra da Dinamarca. Assim como o Partido Liberal que a precedeu, a primeira-ministra Frederiksen formou governo apenas com integrantes da sua própria legenda.

Em novembro de 2022, em novas eleições parlamentares, o partido da PM Mette Frederiksen logrou novamente ser o mais votado. Após seis semanas de negociação, a primeira-ministra anunciou a composição de governo de coalizão, com participação de seu partido; do Partido Liberal, de centro-direita, que liderou a oposição ao governo anterior de Mette Frederiksen; e dos Moderados, novo partido de centro, estabelecido pelo ex-PM liberal, Lars Løkke Rasmussen.

Esses três partidos somam 89 assentos parlamentares, que correspondem a 49,7% do total de assentos no Folketing, mas garantem maioria de facto, tendo em vista que os quatro assentos dedicados à Groenlândia e às Ilhas Faroe não se opuseram à composição proposta para a coalizão.

À esquerda da coalizão posicionam-se o Partido Socialista do Povo, a Aliança Verde-Vermelha e os Alternativos (partido verde), com um total de 37 assentos parlamentares. À direita, estão os Democratas da Dinamarca, a Aliança Liberal, o Partido Conservador, a Nova Direita e o Partido do Povo Dinamarquês, somando 49 assentos. Há, ainda, o Partido Social Liberal, de centro, com 7 assentos, e os 4 assentos para parlamentares da Groenlândia e das Ilhas Faroe.

O novo governo divulgou, ademais, um programa geral com os compromissos que constituem o alicerce da coalizão. Dentre os principais pontos acordados consta o foco na solução da falta de reserva de mão-de-obra, em equilíbrio com o financiamento do Estado de bem-estar e o aumento nos gastos com defesa. Nesse sentido, foi definida meta para agregar mais 45 mil trabalhadores ao mercado de trabalho, até 2030, atraindo empregados da jornada parcial para a jornada integral, como também facilitando vistos de trabalho para mão-de-obra estrangeira qualificada.

A composição de governo e a pauta do programa parecem ilustrar uma perspectiva mais liberal na economia, com relativa desoneração para empresas e apoio para estabilização da força de trabalho. O foco nas energias renováveis, na descarbonização dos setores produtivos e na “neutralidade climática” se mantém. O maior ponto de inflexão parece ser a medida flexibilização da política migratória.

GROENLÂNDIA E ILHAS FAROÉ

Integram o Reino da Dinamarca os territórios autônomos da Groenlândia e das Ilhas Faroé. Ambos contam com sistema político e administrativo próprio, sendo a política externa e a de defesa regida pelo governo dinamarquês. Groenlândia e Ilhas Faroé nutrem, cada qual ao seu modo, anseios por maior autonomia.



No caso da Groenlândia, as pretensões de autonomia são marcadas por ocasionais atritos com o governo central, apesar da dependência expressiva do auxílio financeiro dinamarquês. Avalia-se que o aporte anual de 3,6 bilhões de coroas dinamarquesas corresponda a mais de 50% do orçamento do governo groenlandês.

ABDICAÇÃO DA RAINHA MARGRETHE II

Por ocasião do tradicional discurso de Ano Novo, televisionado ao vivo, no dia 31/12/2023, a rainha Margrethe II abdicou do trono do Reino da Dinamarca, após 52 anos de regência. Com quase 84 anos, a rainha justificou a decisão de abdicar por motivos de saúde, impactada após extensa cirurgia na coluna em 2023.

A então monarca dinamarquesa é popular e benquista. Nesse contexto, a primeira-ministra Mette Frederiksen emitiu comunicado em que chamou a rainha Margrethe de "epítome da Dinamarca" e agradeceu, em nome do governo, "a dedicação incansável e de toda a vida da rainha ao Reino". Frederiksen afirmou, ainda, que "se converteu em monarquista" por causa da rainha Margrethe, cuja "liderança serena tornou a Dinamarca melhor e mais rica".

O príncipe herdeiro Frederik assumiu o trono, como rei Frederik X, em 14/01/2024.

POLÍTICA EXTERNA

São prioridades da política externa dinamarquesa os temas de livre comércio, imigração, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, além do Ártico. Nessa linha, o governo dinamarquês elaborou estratégia de política externa e de segurança com foco em: sistema internacional baseado em regras; União Europeia; fluxo migratório; diplomacia econômica; segurança; e região ártica.

Tradicionalmente, a Dinamarca tem como seus principais foros de atuação a União Europeia e a OTAN (pilar da política de segurança). O país tem interesse na manutenção das liberdades do mercado interno e na negociação de acordos comerciais com outros países e outras regiões.

No campo multilateral, a Dinamarca confere grande importância à modernização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do FMI, de modo que esses organismos promovam a nova agenda de desenvolvimento sustentável, em parceria com atores estatais e não estatais. A Dinamarca tem importante atuação na área humanitária e de ajuda ao desenvolvimento, sobretudo na África e no Oriente Médio, dispondo de pasta específica de cooperação para o desenvolvimento e de agência especializada, a DANIDA.

Similarmente ao governo Liberal predecessor, a atual administração dinamarquesa é favorável à integração regional europeia. Com uma população de apenas 5,7 milhões de habitantes e com vantagens competitivas em algumas áreas específicas (logística de transportes marítimos, indústria farmacêutica, equipamentos de geração de energia eólica, entre outros), a ampliação de acordos comerciais da União Europeia com outras grandes regiões parece ser escolha natural para a inserção internacional dinamarquesa.

NOVA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA

Em reação ao conflito na Ucrânia, o novo governo dinamarquês lançou estratégia de política externa e de segurança que reflete o atual cenário de renovada tensão geopolítica internacional, com foco principal em temas de segurança e de competitividade sistêmica do país. O documento é integrado por três capítulos: (i) Situação de segurança intensificada na Europa; (ii) Parcerias globais e construção de alianças; e (iii) Uma sociedade mais robusta.

No que se refere à “Situação de segurança intensificada na Europa”, o governo argumenta que a nova estratégia procura responder e atualizar a política externa frente ao conflito na Ucrânia. Nesse contexto, interpreta as ações da Rússia como ameaça à paz e segurança da Dinamarca e da Europa. Em decorrência, o país considera o apoio à Ucrânia como alta prioridade estratégica, entendimento que inclui não apenas apoio militar e humanitário, mas também investimentos em infraestrutura e cooperação técnica.

Pretende-se, ademais, de modo complementar ao esforço desenvolvido na Ucrânia, seja oferecido suporte necessário, em termos de cooperação técnica e

institucional, aos países do entorno da União Europeia (Balcãs ocidentais, Moldávia e Georgia).

No que diz respeito ao segmento da estratégia intitulado “Parcerias globais e construção de alianças”, trata-se do relacionamento com países e regiões além da órbita europeia. Nesse sentido, a Dinamarca deverá atuar com base no reconhecimento das significativas mudanças que devem ocorrer na distribuição de poder global até 2050, com o crescimento econômico, demográfico e tecnológico de outras regiões, com menções específicas ao maior peso da China, da Índia, e do crescimento populacional acima da média no continente africano.

Em cenário de acirrada disputa por influência entre visões de mundo divergentes, a política externa dinamarquesa deverá contar com reforço nos meios de promoção de seus interesses por meio do estabelecimento de renovado diálogo com países em desenvolvimento, a ser coordenado, paralelamente, no âmbito da União Europeia e da ONU, entre outros foros multilaterais. Esse diálogo teria por objetivo o desenvolvimento de “parcerias igualitárias”, por meio de cooperação técnica e de financiamento em temas de interesse mútuo, com envolvimento não apenas dos respectivos governos, mas também de empresas e instituições de pesquisa em “ambiente de intercâmbio de experiências e de conhecimento”.

Por fim, a respeito do capítulo “Uma sociedade mais robusta”, o governo esclareceu que se trata de reflexão sobre a necessidade de fortalecimento da sociedade dinamarquesa diante das transformações resultantes da globalização e dos desafios da competição estratégica global. O conceito de segurança, em contexto mais amplo, dependeria de abordagem multidisciplinar. A Dinamarca reconhece que, para garantir a prosperidade e o bem-estar de seus cidadãos, é essencial construir uma sociedade adaptável. A partir de seu tradicional modelo de estreita colaboração entre o setores público, privado e acadêmico, a nova estratégia propõe a adoção de diplomacia capaz de apoiar a dimensão internacional e contornar as eventuais implicações externas das medidas que serão implementadas de fortalecimento da capacidade do país de lidar com ameaças e desafios emergentes, incluindo avaliação da capacidade de suprimento de materiais e de recursos naturais críticos, e ampliação de investimentos em áreas-chave, como segurança cibernética, defesa, saúde e alimentação.

PAÍSES NÓRDICOS E BÁLTICOS

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pelo estabelecimento da União Nórdica de Passaportes e do mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns e representa importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa – NORDEFCO, estabelecido em 2009 pelos ministros da Defesa de Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia, constitui cooperação aberta em bases voluntárias de grande importância complementar aos compromissos multilaterais dos países membros.



A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

Os cinco países nórdicos também fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O mecanismo foi estabelecido em 1996, como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

ECONOMIA

Apesar da pequena extensão territorial (mesmo o território da Groenlândia é 90% coberto de neve) e da carência em recursos naturais, a Dinamarca mantém um alto padrão de vida com serviços sociais bem desenvolvidos e uma economia sólida, com excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. O país tem alto índice de desenvolvimento humano.

A economia é movida por indústrias modernas, por setor agrícola que emprega alta tecnologia e, principalmente, pelo comércio exterior. Algumas das empresas do país estão entre as líderes mundiais em setores como o farmacêutico, de infraestrutura e logística marítimas e de energia renovável. Desde a crise econômica de 2008-2009, a economia dinamarquesa tem crescido de forma lenta, porém constante.

Na economia mista do Estado de bem-estar social dinamarquês, os gastos do setor privado respondem por mais da metade da renda nacional líquida. Os gastos públicos são direcionados principalmente para saúde e serviços sociais, educação, assuntos econômicos, relações exteriores e defesa nacional. O governo não tem receitas comerciais ou industriais significativas.

O setor primário constitui cerca de 3% do PIB dinamarquês, o solo contínuo a ser a matéria-prima mais importante e cerca de metade da terra é intensamente explorada e amplamente fertilizada. Mais da metade da terra cultivada é dedicada a cereais, como a cevada e o trigo. No entanto, embora cerca de 65% do território dinamarquês seja utilizado para a atividade agrícola, a exportação agrária é quatro vezes menor que a exportação industrial. Apesar de a Dinamarca ser um dos maiores exportadores de peixes do mundo, sendo a aquicultura responsável por uma pequena parte da produção de peixes, a contribuição do setor pesqueiro é cerca de 0.5% do PIB.

O setor industrial, mesmo não sendo tão importante quanto o setor de serviços, é responsável por parte considerável do PIB dinamarquês (cerca de 14%). As indústrias mais notáveis são as indústrias de alimentos processados, indústrias farmacêuticas e as indústrias de produtos de metais, equipamentos de transportes e maquinários.

A maior parte do PIB do país decorre de atividades de serviços (cerca de 75%), sobretudo na Administração Pública, em educação e serviços sociais e de saúde.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022 (ÚLTIMOS DADOS DISPONÍVEIS)

Em 2022, em comparação com 2021, as exportações dinamarquesas para os países da União Europeia representaram 47% do total, enquanto as importações de produtos provenientes do bloco atingiram 66% do total.

Em 2022, as exportações chegaram a 129 bilhões de dólares, representando aumento de 3% em relação a 2021. Os principais destinos das exportações foram



Alemanha (14% do total), Suécia (9%) e Noruega (6%). Os principais produtos da pauta de exportação são produtos farmacêuticos (15%), reatores nucleares e semelhantes (13%), e combustíveis minerais (7%).

A Dinamarca importou cerca de 126 bilhões de euros (+3% em relação a 2021), sobretudo da Alemanha (20% do total), da Suécia (12%) e dos Países Baixos (9%). Os principais produtos importados foram combustíveis minerais (11%), reatores nucleares e semelhantes (11%) e máquinas elétricas (9%).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1826	A Dinamarca reconhece a independência do Brasil.
1876	Passagem do imperador dom Pedro II pela Dinamarca.
1922	Criação de Legação do Brasil na Dinamarca. Anteriormente, a Legação do Brasil que se ocupava do país tinha também responsabilidade por outros países.
1957	Elevação à Embaixada a Legação do Brasil em Copenhague.
1999	Visita de Estado da rainha Margrethe II ao Brasil. Tratou- se da primeira visita no nível de chefe de Estado.
2002	Visita à Dinamarca do vice-presidente Marco Maciel.
2007	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil.
2007	Visita do presidente Lula à Dinamarca.
2009	Visita do presidente Lula a Copenhague, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
2009	Visita do presidente Lula a Copenhague, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).
2010	Visita do príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2011	Visita da ministra dos Negócios Estrangeiros Lene Espersen, ao Brasil.
2012	Visita do príncipe herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012	Visita da primeira-ministra Helle Thorning-Schmidt ao Brasil, por ocasião da Conferência Rio+20.
2016	Por ocasião dos Jogos Olímpicos, visita ao Brasil do príncipe Herdeiro Frederik e do príncipe Joachim; do ministro dos Negócios Estrangeiros, Kristian Jensen; do ministro da Cultura, Berthel Haarder; do ministro dos Negócios e Crescimento, Troels Lund Poulsen; e do Prefeito de Copenhague, Frank Jensen. O chanceler Jensen foi recebido no Palácio Itamaraty.

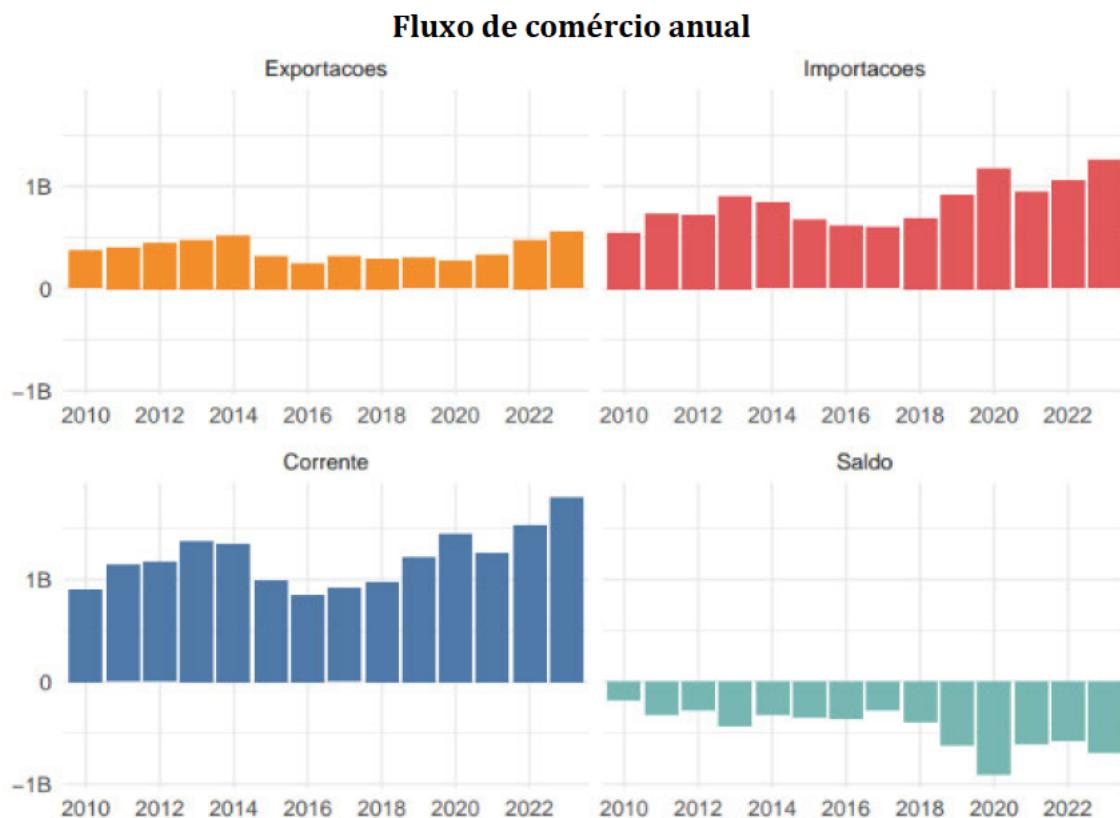


ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

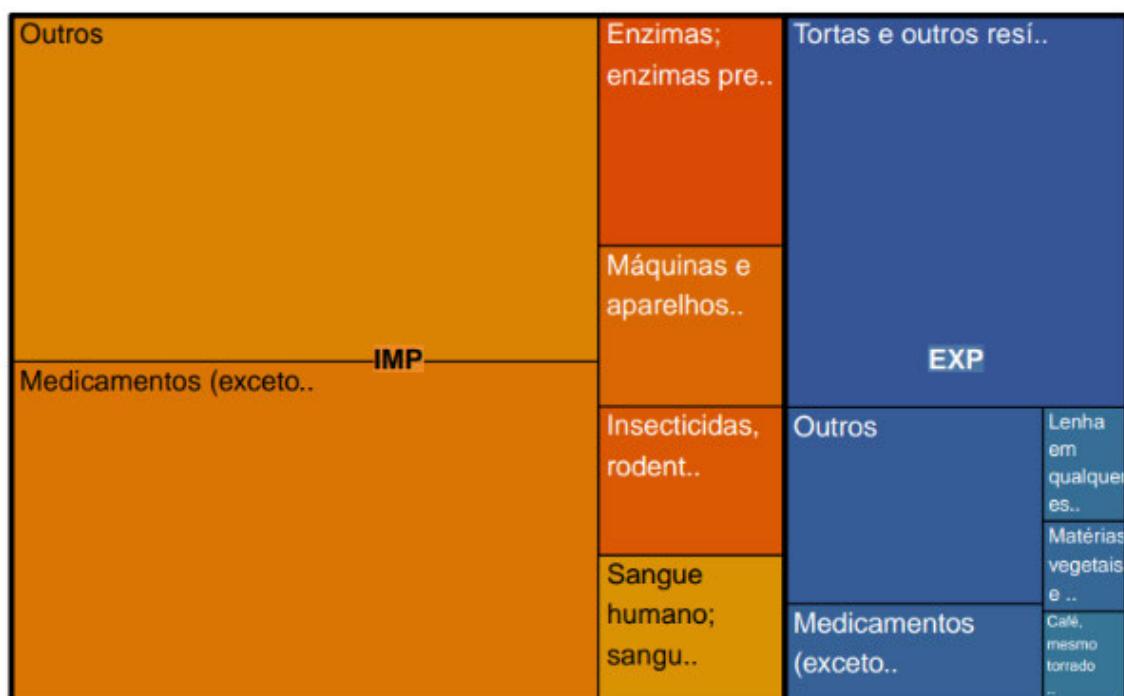
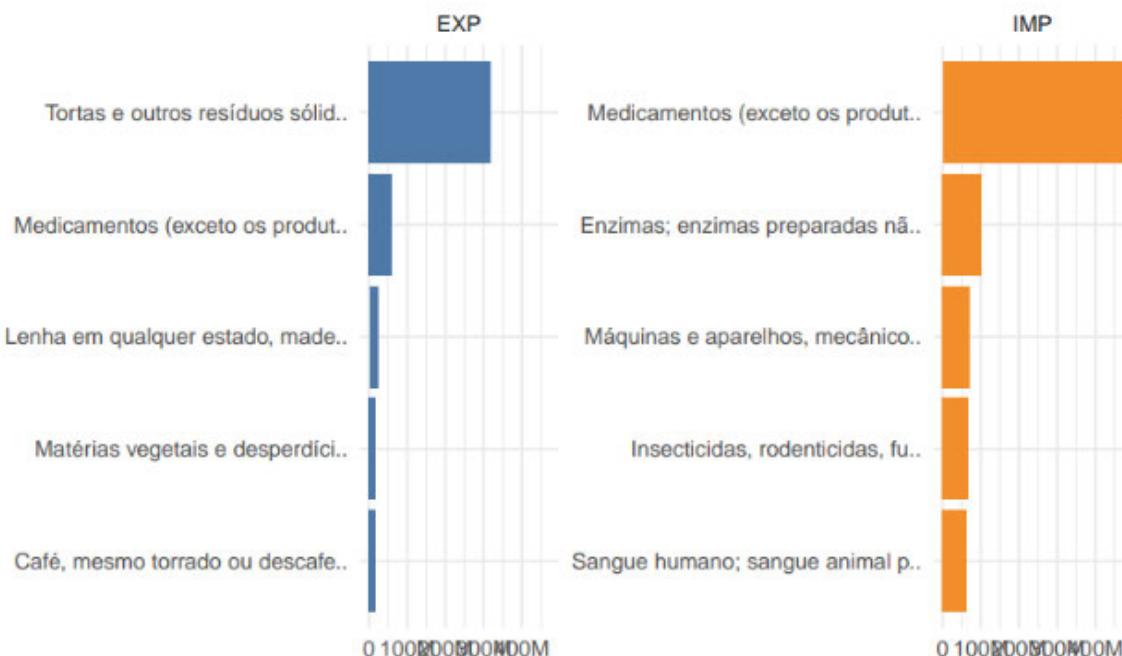
Convenção de Arbitragem	27/11/1911	Em vigor
Acordo sobre Malas Diplomáticas	29/04/1929	Em vigor
Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais	05/08/1932	Em vigor
Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes	21/07/1953	Em vigor
Acordo incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da S.A.S.	12/05/1956	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/02/1966	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em vigor
Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional	29/03/1972	Em vigor
Acordo de Radioamadorismo	16/01/1974	Em vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	27/08/1974	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	05/02/1979	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	09/06/1986	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	22/03/1994	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e de Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	25/04/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética	13/09/2007	Em vigor
Protocolo Alterando a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	23/03/2011	Em vigor
Acordo de Cooperação	31/03/2011	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

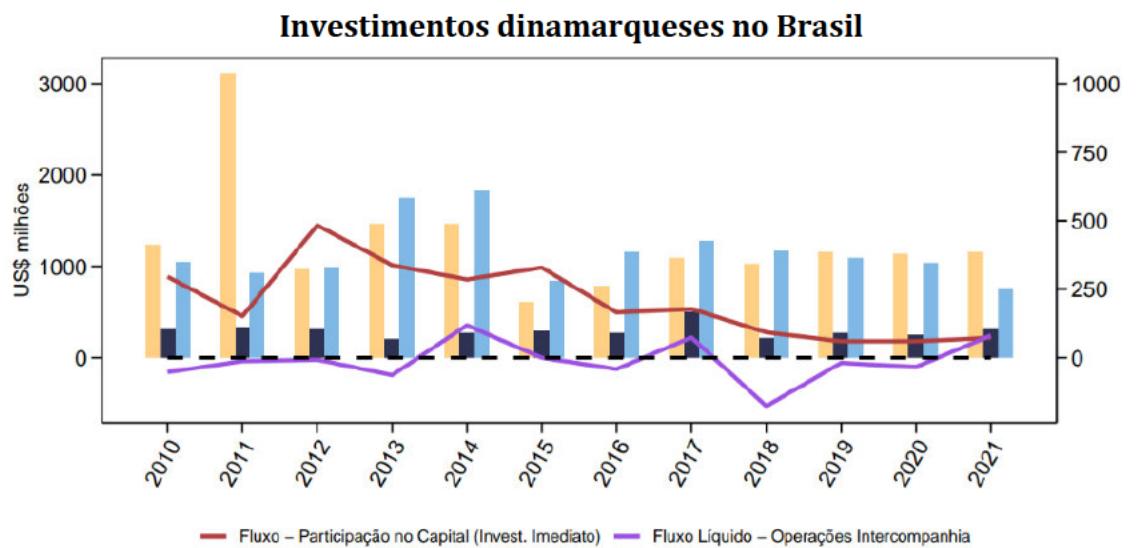


Principais produtos da pauta comercial em 2023



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

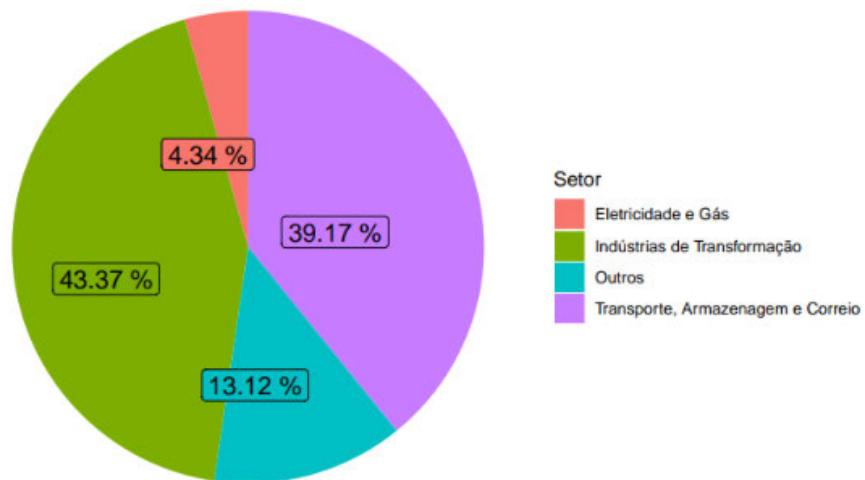
Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.



Dado	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	295.44	151.45	483.25	337.76	285.53	329.10
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-52.80	-12.77	-7.19	-63.73	118.30	-0.11
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	1229.73	3103.14	975.26	1467.81	1406.56	612.96
IDP-Operações Intercompanhia	316.44	328.99	311.38	206.06	208.07	290.81
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	1048.90	926.12	991.32	1750.80	1826.99	841.58

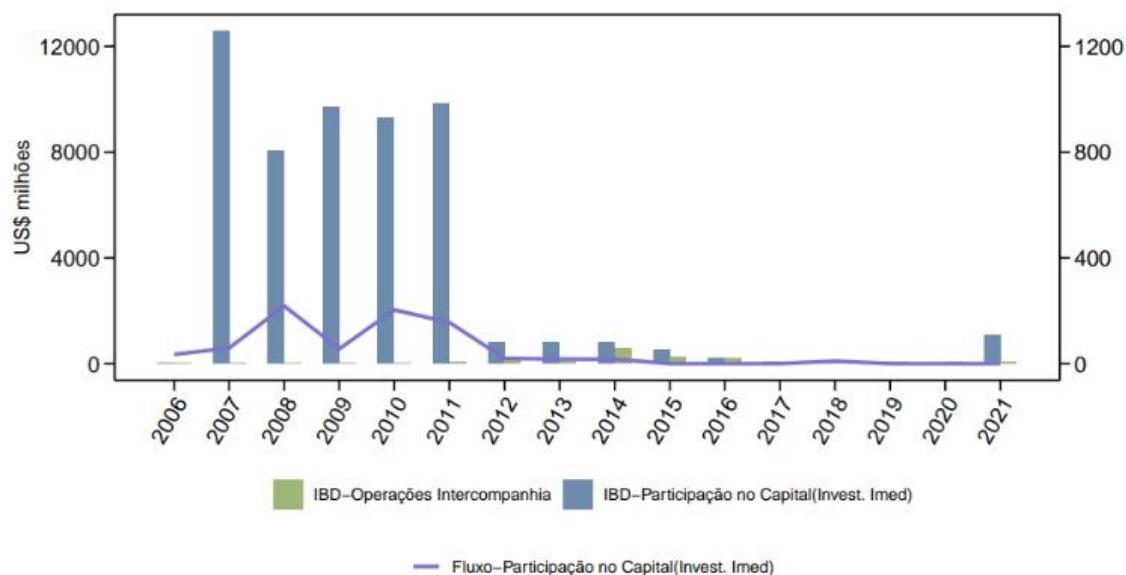
Dado	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	164.98	177.82	92.39	59.75	59.79	72.74
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-41.58	73.85	-176.80	-18.91	-33.74	80.63
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	779.57	1090.80	1026.43	1154.43	1135.64	1152.73
IDP-Operações Intercompanhia	271.85	494.21	212.00	270.91	243.05	308.74
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	1152.49	1270.48	1167.19	1086.52	1037.48	754.85

Setor dos investimentos dinamarqueses no Brasil (2021)



Setor	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	0.00	0.00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	57.44	0.00
Eletricidade e Gás	50.10	50.00
Indústrias de Transformação	518.65	499.95
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	52.08	0.00
Transporte, Armazenagem e Correio	26.86	451.53
Outros	49.72	151.24

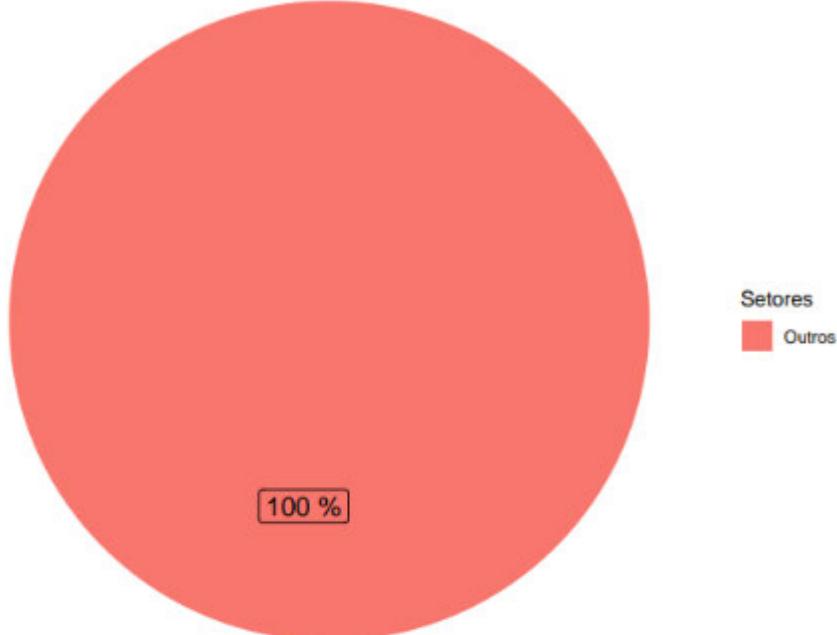
Investimentos brasileiros na Dinamarca



Dado	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	12570.64	8046.15	9707.37	9297.48	9838.23
IBD-Operações Intercompanhia	0.00	14.44	10.35	0.00	0.00	49.51
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	35.00	59.00	218.00	56.00	203.29	155.67

Dado	2012	2013	2014	2015	2016
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	794.17	793.69	776.70	542.99	206.67
IBD-Operações Intercompanhia	143.32	64.70	582.73	249.65	186.26
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	20.09	17.15	16.92	0.00	0.00

Dado	2017	2018	2019	2020	2021
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	50.07	47.02	48.96	13.89	1071.65
IBD-Operações Intercompanhia	64.51	11.05	61.03	56.58	62.24
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	9.78	0.03	0.00	0.02

Setor dos investimentos brasileiros na Dinamarca (2021)

Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	0.00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	0.00
Indústrias de Transformação	0.00
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	1071.65



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Europa e América do Norte

Departamento de Europa

Divisão de Europa Setentrional

LITUÂNIA



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Janeiro de 2024



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Lituânia
GENTÍLICO	Lituano
CAPITAL	Vilnius
ÁREA	65.300 km ²
POPULAÇÃO (2023)¹	2,8 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Lituano
PRINCIPAIS RELIGIÕES²	Católica (77%); não declarado ou sem afiliação (16%); ortodoxa (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Seimas</i>), composto por 141 membros
CHEFE DE ESTADO	Presidente Gitanas Nausėda (desde dezembro de 2019, sem partido)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Ingrida Šimonytė (desde dezembro de 2020, União Nacional)
CHANCELER	Gabrielius Landsbergis (desde dezembro de 2020, União Nacional)
PIB (2023 est.)¹	US\$ 79 bilhões
PIB PPC (2023 est.)¹	US\$ 137 bilhões
PIB PER CAPITA (2023 est.)¹	US\$ 28.480
PIB PPC PER CAPITA (2023 est.)¹	US\$ 48.240
VARIAÇÃO DO PIB¹	2,7% (2024 est.); -0,2% (2023 est.); 1,9% (2022); 6% (2021)
IDH (2021)³	0,875 – 35º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2020)	0,36
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)⁴	74 anos
DESEMPREGO (10/2023)⁵	6,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA⁶	Cerca de 70 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Lituânia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões

Brasil → Lituânia	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	59,7	48,0	59,5	98,1	113	159,8
Exportações	20,7	23,8	26,7	24,4	40,7	53,1
Importações	39,0	24,2	32,8	73,7	72,3	105,7
Saldo	-18,3	-0,4	-6,0	-49,3	-31,6	-52,6

Fonte: Ministério da Fazenda

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gitanas Nausėda

Presidente da República da Lituânia



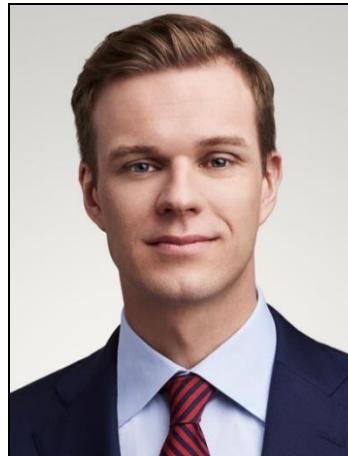
Gitanas Nausėda nasceu em Klaipeda, em 19/5/1964. Formado e pós-graduado em Economia pela Universidade de Vilnius e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Mannheim. Foi professor da Faculdade de Economia da Universidade de Vilnius e é professor associado da International Business School da Universidade de Vilnius desde 2009. Fez extensa carreira no mercado financeiro da Lituânia. Tomou posse como presidente da República da Lituânia em 12 de julho de 2019, após vencer, no segundo turno, as eleições presidenciais do mesmo ano.

Ingrida Šimonytė
Primeira-ministra da Lituânia



Ingrida Šimonytė nasceu em Vilnius, em 15/11/1974. Graduou-se em Administração pela Universidade de Vilnius, sendo mestre pela mesma instituição. Fez carreira como servidora pública no Ministério das Finanças até ser convidada pelo então primeiro-ministro Andrius Kubilius, para assumir a pasta em 2009. Após deixar o cargo, em 2012, atuou como professora universitária e conselheira do Banco da Lituânia. Retornou ao cenário político em 2016, quando foi eleita deputada ao concorrer como independente. Em 2019, foi candidata à presidência pela União Nacional e ficou em segundo lugar no pleito. Reelegeita para o parlamento em 2020, tornou-se primeira-ministra em dezembro do mesmo ano.

Gabrielius Landsbergis
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia



Gabrielius Landsbergis nasceu em Vilnius, em 7/1/1982. É graduado em História pela Universidade de Vilnius e mestre em Relações Internacionais e Diplomacia pela mesma instituição. Trabalhou no Ministério dos Negócios Estrangeiros e na Chancelaria da Presidência. Foi eurodeputado entre 2014 e 2016, ano em que foi eleito deputado no *Seimas*. É presidente do partido União Nacional desde 2015. Em dezembro de 2020, com a ascensão da primeira-ministra Ingrida Šimonytė, tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia.



APRESENTAÇÃO

A Lituânia é uma das três repúblicas bálticas, junto com Letônia e Estônia. É o maior dos três estados bálticos e compartilha fronteira com a Letônia ao norte, Bielorrússia a leste e sul, Polônia e o oblast russo de Kaliningrado a sudoeste, e o Mar Báltico a oeste. Sua capital e cidade mais populosa é Vilnius, localizada no leste do país. Outras cidades importantes são Kaunas e Klaipêda.

O país teve sua história marcada pela União de Lublin, entre 1569 e 1795, quando esteve unida à Polônia. Ao fim da união, a Lituânia foi anexada pelo Império Russo. Após a Primeira Guerra, a Lituânia declarou independência, em 1918. Em 1944, contudo, tropas soviéticas reocupam o país. O Estado somente iria reconquistar sua independência em 1990, em contexto de fim da Guerra Fria e dissolução da União Soviética.

Em 1991, o país tem sua independência internacionalmente reconhecida e é admitido nas Nações Unidas. Em 2004, torna-se membro da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desde 2015, a Lituânia adota o euro como moeda.

A Lituânia é uma república parlamentarista, com o presidente sendo o chefe de Estado e o primeiro-ministro, chefe de governo. O parlamento lituano é unicameral, chamado de *Seimas*.

A economia da Lituânia voltou-se ao ocidente no início do século XX, como forma de contrabalançar as relações econômicas densas com a Rússia. Apesar do crescimento econômico recente do país, ainda há considerável desigualdade social. O desenvolvimento econômico das últimas décadas parece, também, ter acentuado as diferenças entre o meio urbano, mais desenvolvido, e o meio rural.

Os lituanos representam mais de 85% da população do país. O restante é formado por uma minoria de russos, poloneses, bielorrussos, ucranianos, letões e outras comunidades. A língua oficial da Lituânia é o lituano.

A cultura no cotidiano da Lituânia é relevante, e apesar das influências modernas, o folclore lituano continua a ser uma parte significativa do patrimônio nacional. As canções lituanas e uma notável coleção de contos de fadas, lendas, provérbios e aforismos têm raízes profundas em uma língua e cultura que estão entre as mais antigas da Europa.



RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Copenhague (cumulatividade - Lituânia)	Rodrigo de Azeredo Santos (desde dezembro de 2020)
Embaixador da Lituânia para o Brasil (não residente)	A ser designado
Cônsul-Geral da Lituânia em São Paulo	Audra Čiapienė (desde dezembro de 2022)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	5	Julho de 2018, em Brasília

O Brasil reconheceu a independência da Lituânia em 1991, ocasião em que as relações diplomáticas foram restabelecidas. Anteriormente, o Brasil havia estabelecido relações com a Lituânia em 1921. O relacionamento entre os dois países é amistoso e profícuo.

A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em fevereiro de 1993. O embaixador do Brasil em Copenhague visita com frequência a capital lituana e participa, anualmente, de reunião do presidente com o corpo diplomático acreditado.

Cabe destacar que a única representação lituana no subcontinente é o Consulado-Geral em São Paulo, cidade que abriga a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina.

VISITAS DE ALTO NÍVEL RECENTES

Há amplo histórico de visitas bilaterais de alto nível entre Brasil e Lituânia, com três visitas de presidentes lituanos ao Brasil entre 1996 e 2002. Por sua vez, em duas ocasiões, o ministro das Relações Exteriores do Brasil visitou Vilnius (2002 e 2015), enquanto o chanceler lituano visitou Brasília uma vez (2015). Os então chanceleres, Aloysio Nunes e Linas Linkevicius, mantiveram encontros à margem da 72ª AGNU (2017) e da 73ª AGNU (2018).



COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2023, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 158,8 milhões, crescimento de 41% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras foram de US\$ 53,1 milhões (+31%), e as importações, US\$ 105,7 milhões (+46%). O saldo comercial bilateral foi desfavorável ao Brasil em US\$ 52,6 milhões. A Lituânia figurou no 120º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,02% do total, e o país ocupa o 75º lugar no ranking das importações brasileiras (0,04% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcares e melaços (28%); tabaco (12%); e café não torrado (11%). A pauta importadora é composta por óleos combustíveis (44%); adubos ou fertilizantes químicos (18%); e equipamentos para distribuição de energia elétrica (5%).

Não há investimentos significativos da Lituânia no Brasil. No entanto, cabe destacar a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica (2017) e a aquisição, pela empresa Air Lituanica, de aeronaves da Embraer.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Tudo indica que a Lituânia acompanhará o consenso europeu sobre a matéria.

CONSULTAS POLÍTICAS

Os países mantêm mecanismo de consultas políticas desde 2011. Até o momento, foram organizados cinco encontros nesse âmbito: 2006 (Brasília), 2009 (Vilnius), 2011 (Brasília), 2017 (Vilnius) e 2018 (Brasília). Com exceção da reunião de 2009, que ocorreu em nível de diretores de Departamento, todas foram em nível de Secretários.

ASSUNTOS CONSULARES

O Brasil tem Cônsul Honorário em Vilnius. Estima-se haver cerca de 70 brasileiros residentes na Lituânia, atendida pela Embaixada do Brasil em Copenhague. O governo lituano possui Consulado-Geral em São Paulo e Consulado Honorário no Guarujá.

POLÍTICA INTERNA

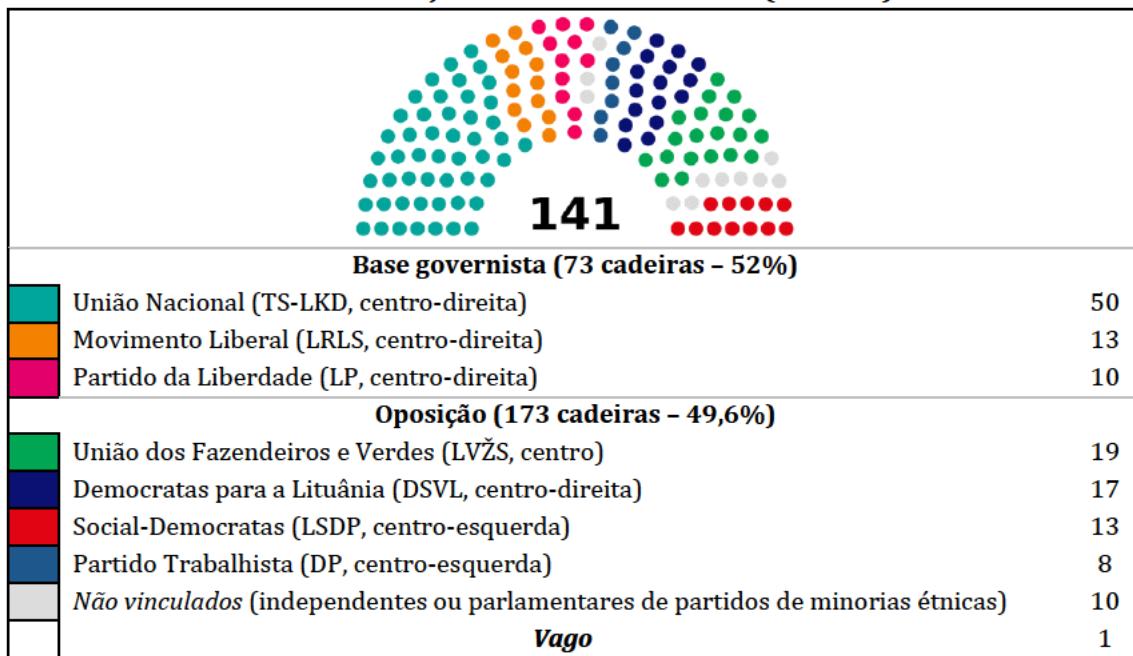
ESTRUTURA DE GOVERNO

A Lituânia foi a primeira república soviética ocupada a tornar-se independente da União Soviética e a recuperar a soberania, por meio de declaração de independência, em 11 de março de 1990. Após a restauração da independência, a nova constituição do país foi referendada, junto com eleições para o parlamento - o *Seimas* - em outubro de 1992.

A Lituânia constitui uma república parlamentarista unicameral e é membro da União Europeia. A adoção do euro a partir de janeiro de 2015 foi, além de opção de política econômica, um compromisso com a União Europeia, pois a adesão também é considerada como uma ferramenta de ancoragem da Lituânia na Europa, em especial no atual momento da tensão com a Rússia. Em 2018, a Lituânia celebrou o centenário da adoção do Ato de Independência de 16 de fevereiro de 1918, bem como do término da Primeira Guerra Mundial.

Há eleições diretas para presidente, que cumpre mandato de cinco anos. O parlamento é composto por 141 membros, com mandato de 4 anos. Dos 141 membros, 71 são escolhidos em eleições distritais e 70, em eleições proporcionais, para as quais há cláusula de barreira de 5%.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (SEIMAS)



CONTEXTO RECENTE

O atual presidente Gitanas Nauseda, que tomou posse em 12 de julho de 2019, foi eleito no segundo turno das eleições lituanas com pouco mais de 70% dos votos. Nauseda construiu carreira no setor financeiro e apresentou candidatura independente de partidos políticos.



Nas eleições parlamentares de 2020, o vencedor foi a União Nacional. A União Nacional é um partido de centro-direita, vinculado ao conservadorismo, à democracia cristã, ao nacionalismo e ao liberalismo econômico. No acordo de coalizão do governo da primeira-ministra Ingrida Šimonytė (União Nacional), os partidos ressaltam seus valores em comum, prioridades para o país e concordam com a elaboração de política econômica liberal. No entanto, é possível prever impasses em algumas questões no futuro, tendo em vista as posições progressistas do Partido da Liberdade em temas como descriminalização de drogas consideradas leves e permissão para uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, em detrimento do conservadorismo expresso pelos seus companheiros de governo.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa lituana é marcada pela fronteira terrestre com a Rússia (enclave de Kaliningrado), bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial, a soviética. Com a recuperação da soberania, a Lituânia voltou-se para o Ocidente. O país é membro da União Europeia e da OTAN desde 2004.

O parlamento da Lituânia aprovou, em 2016, resolução que define as prioridades de longo prazo da política externa lituana, a saber: i) atuação proativa no âmbito da União Europeia (UE) e da OTAN, com o fortalecimento dos laços transatlânticos com os EUA; ii) fortalecimento das relações com os países bálticos, nórdicos e com os outros países vizinhos; iii) cooperação internacional ativa no âmbito da ONU, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Conselho Europeu e de outras organizações internacionais; iv) apoio às parcerias entre a UE e os países da Europa do Leste; v) estreitamento das relações entre o governo e as comunidades e organizações lituanas no exterior; vi) e preparação para a entrada da Lituânia na OCDE, o que de fato ocorreu em julho de 2018.

PAÍSES BÁLTICOS E NÓRDICOS

Além de compartilharem diversos aspectos de seu passado recente, os três países bálticos são consideravelmente integrados, legado do período soviético. Infraestruturas de produção e transmissão de energia e a rede de transportes foram desenhadas para a região báltica como um todo. Os três países enfrentam dilemas semelhantes, tais como o tratamento à minoria russa, a escolha entre a Europa e a Rússia como parceiro para o desenvolvimento e o desafio da emigração massiva combinada a baixas taxas de natalidade.

A língua lituana é falada pela grande maioria da população e a identidade lituana é forte. A percepção de uma identidade regional, calcada no passado e em desafios comuns do presente, não significa que os três países agem de modo unívoco. Ainda que de modo conjugado, os países bálticos apresentam limitada capacidade de investimento, escopo de mercado consumidor ou fatores de produção suficientes para desenvolverem sozinhos a região, de modo que, mesmo em questões de interesse regional, como defesa e energia, Lituânia, Letônia e Estônia acabam por tomar decisões individuais com parceiros fora da região. Se a relação com os demais países bálticos é prioridade da política externa lituana, a retórica é bem mais forte que os resultados.

Nessas condições, a relação entre os países nórdicos e bálticos assume papel relevante. Os países nórdicos reforçaram de forma definitiva os laços, ao terem sido os primeiros países ocidentais a reconhecer a independência - a Islândia, em fevereiro de 1991, foi o primeiro país a reconhecer a Lituânia independente - e a reabrir representações diplomáticas nos países bálticos. Desde então, os países



nórdicos têm apoiado continuamente a integração báltica à União Europeia e à OTAN. Além disso, a cooperação entre os países das duas regiões tem avançado nos temas prioritários na política externa lituana: segurança e energia.

RÚSSIA

A Lituânia detém infraestruturas essenciais para a ligação entre a Rússia e o enclave de Kaliningrado, com via de trânsito que percorre 400 km de território lituano. Dessa forma, após a adesão da Lituânia à União Europeia e ao espaço de Schengen de movimento de pessoas, tornou-se necessário estabelecer, com a Rússia, acordo de facilitação de trânsito de pessoas.

A dependência energética da Lituânia à Rússia domina a agenda bilateral. O fechamento da usina nuclear de Ignalina, exigido pela UE, aumentou o grau da dependência, pois a Lituânia passou a importar algo entre 70 e 80% de sua demanda de eletricidade da Rússia, que já detém o monopólio do fornecimento de gás ao país.

A anexação da Crimeia e o apoio militar russo aos separatistas foram fatores a reforçarem a percepção lituana de que a Rússia representa ameaça à segurança nacional e regional. Com relação ao conflito na Ucrânia, a Lituânia mantém postura de defesa das posições ucranianas. O país encontra-se em estado de emergência nas áreas de fronteira com Belarus e com Kaliningrado, e em postos de fronteira nos aeroportos e nas ferrovias.

CHINA

O governo de Beijing desaprova a aproximação entre Lituânia e Taiwan. O presidente da Câmara Legislativa de Taiwan, You Si-kun, visitou a capital Vilnius julho de 2023, ocasião em que manteve encontro com a congênere do parlamento lituano, Viktorija Milyte-Nielsen. Na ocasião, Si-kun prometeu apoiar o incremento de investimentos taiwaneses na Lituânia.

Como reação, a missão diplomática chinesa em Vilnius criticou a visita e argumentou que teria sido uma “grave violação da integridade territorial e da soberania da China, interferência em assuntos internos e desconsideração pelo direito internacional e pelas regras básicas de relacionamento internacional”.

ECONOMIA

A Lituânia foi exitosa na transição para uma economia de mercado após a independência da União Soviética. O país seguiu as orientações da União Europeia e atualmente é considerado um bom ambiente de negócios e investimentos. Da mesma forma, o país apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas.

Em 1990, a participação dos setores da economia na composição do PIB era a seguinte: serviços, 42,1%; indústria, 30,9%; e agricultura, 27,1%. Em 2020, os percentuais estimados foram: serviços, 61,6%; indústria, 25%; agricultura, 3,2%. Dessa forma, houve perda considerável da importância relativa do setor agrícola e enorme avanço do setor de serviços, o que corresponde à crescente urbanização da população e aos investimentos estrangeiros, concentrados em serviços.

A pecuária é o principal setor, com destaque para bovinos leiteiros e suínos. A maior parte do cultivo agrícola é mecanizada e as principais culturas são o cultivo de linho, beterraba, batata e legumes. O setor industrial da Lituânia contraiu-se após a desestruturação da economia soviética: entre 1992 e 1993, o produto industrial caiu 75%. Desde então, vem-se recuperando, com muitas indústrias orientadas para a exportação. As principais são a metalúrgica, máquinas e ferramentas, têxtil, equipamentos elétricos, refino de petróleo, madeira e móveis, alimentos, fertilizantes, máquinas agrícolas, equipamento ótico e componentes eletrônicos.

O setor de serviços é o maior e mais importante do país. A Lituânia tem buscado se posicionar como o principal hub de fintech da União Europeia, com objetivo de atrair investimentos internacionais.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022 (ÚLTIMOS DADOS DISPONÍVEIS)

Em 2022, as exportações lituanas chegaram a US\$ 46,3 bilhões. Os principais destinos das exportações foram Letônia (13%), Polônia (9,1%) e Alemanha (8%). Os principais produtos da pauta de exportação são e óleos combustíveis (17%), mobiliário (7,6%) e veículos, exceto ferroviários (6,2%).

A Lituânia importou cerca de US\$ 55 bilhões, sobretudo de Alemanha (12% do total), Polônia (12%) e Letônia (7,8%). Os principais produtos importados foram óleos combustíveis (28%), máquinas (8,6%) e veículos (7,6%).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1921	Brasil reconhece a independência da Lituânia.
1991	Brasil reconhece a nova independência da Lituânia e restabelece relações diplomáticas com aquele país.
1996	Presidente Algirdas Brazauskas visita o Brasil.
2002	Visita do chanceler Celso Lafer a Vilnius, onde encontrou-se com o presidente Valdas Adamkus.
2008	Presidente Valdas Adamkus visita o Brasil.
2012	Presidente Dalia Grybauskaitė participa, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20.
2015	Visita do chanceler Linas Linkevicius a Brasília.



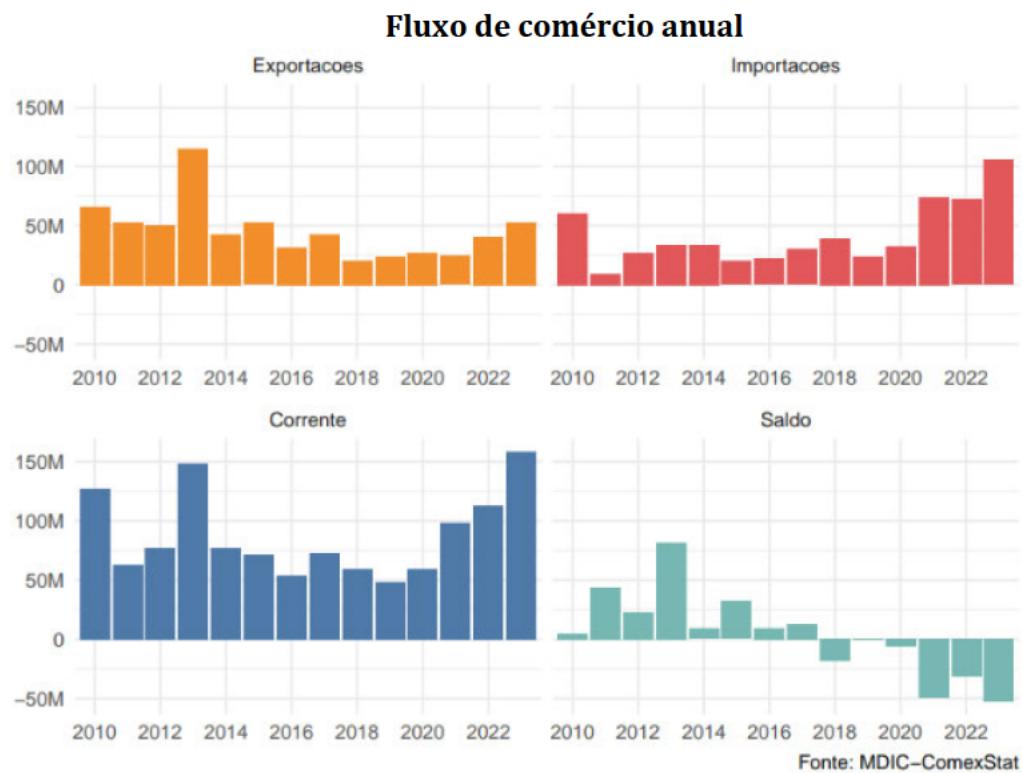
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Acordo Comercial	11/11/1932	Em vigor
Tratado de Extradição	28/09/1937	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Isenção de Vistos	04/11/2002	Em vigor
Acordo sobre Cooperação na Área da Cultura	16/07/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas	11/04/2011	Em vigor
Memorando de Entendimento Sobre Cooperação Econômica	20/09/2017	Em vigor
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas	26/09/2018	Em vigor
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	02/06/2022	Tramitação Ministérios/ Casa Civil



DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.



	2023	2022	2021	2020	2019
Exportações	53.105M (30.7%)	40.631M (66.9%)	24.352M (-9.0%)	26.746M (12.2%)	23.829M (15.1%)
Importações	105.71M (46.18%)	72.31M (-1.92%)	73.73M (124.97%)	32.77M (35.56%)	24.18M (-38.04%)
Saldo	-52.60M (-266%)	-31.68M (-164%)	-49.38M (-919%)	-6.03M (-1 833%)	-348K (-102%)
Corrente	158.81M (40.61%)	112.95M (15.15%)	98.08M (64.79%)	59.52M (23.98%)	48.01M (-19.62%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportações	20.703M (-51.9%)	43.043M (36.3%)	31.578M (-39.4%)	52.103M (21.4%)	42.924M (-62.6%)
Importações	39.02M (30.28%)	29.95M (36.29%)	21.98M (10.56%)	19.88M (-41.62%)	34.05M (1.74%)
Saldo	-18.32M (-240%)	13.09M (36%)	9.60M (-70%)	32.23M (263%)	8.88M (-89%)
Corrente	59.72M (-18.18%)	72.99M (36.30%)	53.55M (-25.60%)	71.98M (-6.49%)	76.97M (-48.09%)

Principais produtos da pauta comercial em 2023

